

LEI Nº 1.844, DE 07 DE NOVEMBRO DE 1990.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

~~DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES  
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO  
DE 1991, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.~~

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu, ~~PREFEITO MUNICIPAL~~, sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º~~ - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1991, abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da Administração Direta e Indireta e a execução obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

~~Art. 2º~~ - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1991, obedecerá as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal:

~~§ 1º~~ - O montante das despesas não poderá ser superioras das receitas.

~~§ 2º~~ - As unidades orçamentárias projetarão as suas despesas correntes até o limite fixado para o exercício em curso, a preço de maio de 1990, considerando os aumentos ou as diminuições de serviços.

~~§ 3º~~ - As estimativas das receitas serão feitas a preço de maio de 1990, considerando-se a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária.

~~§ 4º~~ - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralisado sem autorização legislativa.

~~§ 5º~~ - O pagamento do serviço da dívida e de encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

~~§ 6º~~ - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme determina o Art. 212 da Constituição Federal.

~~Art. 3º~~ - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município procederá a seleção das prioridades dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta Lei e as orçará a preço de maio de 1990.

~~Parágrafo Único~~ - Poderão ser incluídos programas não elencados desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

~~Art. 4º~~ - Os valores orçamentários serão atualizados monetariamente pela variação do BTN pleno entre o mês de maio de 1990, a janeiro de 1991, obedecendo a fórmula a seguir:

~~BTN janeiro/91 — x — valor orçamentário = valor corrigido.~~  
~~BTN Maio / 90~~

~~**Art. 5º** — O Poder Executivo poderá firmar convênios com vigência máxima de um ano, com outras esferas de governo, para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas Educação e Cultura, Saúde, Assistência Social e Agricultura, sem ônus para o Município.~~

~~**Art. 6º** — As despesas com pessoal da Administração Direta, Indireta e Autarquias, ficam limitadas a 65% (sessenta e cinco por cento), das receitas correntes atendendo ao disposto no Art. 38, das Disposições Constitucionais Transitórias.~~

~~**§ 1º** — Entendem-se como receitas correntes, para efeito de limite do presente artigo, o somatório das receitas correntes da Administração Direta e das receitas correntes da Administração Indireta, provenientes de autarquias públicas, excluídas as receitas oriundas de convênio.~~

~~**§ 2º** — O limite estabelecido para as despesas, de pessoal que trata este artigo, abrange os gastos da Administração Direta, Indireta e Autarquias nas seguintes despesas:~~

- ~~—Salários~~
- ~~—Obrigações Patronais~~
- ~~—Proventos de aposentadoria e pensões~~

~~**§ 3º** — A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alterações de estruturas de carreira, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelo órgão ou entidade da Administração Direta, Autárquicas e Fundações, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentaria, suficiente para atender às projeções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado no caput deste artigo.~~

~~**Art. 7º** — Fica autorizada a concessão de ajuda financeira à entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública, nas Áreas de Educação e Cultura, Saúde, Assistência Social e Agricultura.~~

~~**§ 1º** — Os pagamentos serão efetuados após a aprovação pelo Poder Executivo do Plano de Aplicação, apresentado pela entidade beneficiada.~~

~~**§ 2º** — Os prazos para prestação de contas serão fixados pelo poder Executivo, dependendo do Plano de Aplicação, não podendo ultrapassar 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.~~

~~**§ 3º** — Fica vedada a concessão de ajuda financeira à entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Poder Executivo Municipal.~~

~~**Art. 8º** — O Orçamento Anual obedecerá a estrutura organizacional aprovada por Decreto, compreendendo seus fundos, órgãos e entidades da Administração instituídas e mantidas pelo Município.~~

~~**Art. 9º** — As operações de crédito por antecipação da receita contratadas pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício.~~

~~Art. 10~~ — O Prefeito Municipal enviará até o dia 30 de setembro, o projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo a seguir para sanção.

~~Art. 11~~ — Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Alegre (ES), 07 de novembro 1990.

~~ROBERTO LUCIANO DUARTE~~  
~~— Prefeito Municipal~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.

~~ANEXO I — ART. 3º~~

~~**DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**~~  
~~**INVESTIMENTOS**~~

01	<del>Construção e ampliação de prédio para os Poderes Legislativo e Executivo.</del>
02	<del>Equipamentos e materiais permanentes para funcionamento dos serviços administrativos.</del>
03	<del>Construção de Postos Telefônicos, Postos de Correios e Repeditores de Televisão.</del>
04	<del>Aquisição de equipamentos para comunicações.</del>
05	<del>Construção, reconstrução e ampliação de creches.</del>
06	<del>Equipamentos e material permanente para creches.</del>
07	<del>Construção de Prédios Escolares</del>
08	<del>Ampliação e restauração de Prédios Escolares.</del>
09	<del>Equipamentos e material permanente para os serviços Educacionais.</del>
10	<del>Construção de quadras para prática de educação física e esportes em escolas municipais.</del>
11	<del>Promoção do turismo no Município.</del>
12	<del>Construções de Prédios para atendimento dos serviços de Saúde e Assistência Social</del>
13	<del>Equipamento e material permanente para os Serviços de Saúde e Assistência Social.</del>
14	<del>Construção de Casas Populares.</del>
15	<del>Abertura e pavimentação de vias urbanas.</del>
16	<del>Extensão de redes de Iluminação Pública.</del>

17	Construção, reconstrução e ampliação de Praças, Parques e Jardins
18	Construção, reconstrução e ampliação de Matadouros Públicos.
19	Construção e ampliação do Horto Florestal.
20	Construção de Abrigos para Passageiros.
21	Construção de Redes de Esgotos Sanitários e Pluvial.
22	Construção e Reabertura de Estradas e Pontes.
23	Equipamentos e material permanente para o Setor Rodoviário.
24	Construção, reconstrução e ampliação de Cemitérios.
25	Equipamentos e material permanente para Cemitério.
26	Restauração e equipamentos para Museu Histórico.
27	Construção, reconstrução e reparos de calçadas em vias públicas.
28	Construção, reconstrução, ampliação e reforma de escadarias.
29	Construção, reconstrução, ampliação e reforma de play-ground
30	Construção, reconstrução, ampliação e reforma de coretos ou palanque públicos.
31	Construção, reconstrução, ampliação de próprios municipais.
32	Construção de capela mortuária
33	Construção, reconstrução e ampliação de feira livre.
34	Construção de parques e espaço cultural.
35	Reforma e adaptação do Ginásio Municipal de Esportes.
36	Construção de vestiários em estádios municipais
37	Aquisição de carroças e muares para coleta de lixo.
38	Construção, reconstrução e reparos de quebra-molas
39	Construção de salão comunitário.
40	Construção, reconstrução, ampliação e reforma de necrotérios municipais
41	Construção de muros de arrimo
42	Ampliação e reforma de próprios do Governo do Estado
43	Construção de asilos
44	Construção, reconstrução, ampliação e reforma de bueiros e mata-burros
45	Aquisição de bens da Rede Ferroviária Federal S/A

Alegre (ES), 07 de novembro 1990.

**ROBERTO LUCIANO DUARTE**  
**— Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.